

PALESTRA
OPERAÇÃO DE PAZ NO HAITI

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Jorge Armando Felix

Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais

José Alberto Cunha Couto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS

PALESTRA
OPERAÇÃO DE PAZ NO HAITI

Brasília
Outubro de 2005

Edição: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

Endereço para correspondência:

Praça dos Três Poderes

Palácio do Planalto, 4º andar, sala 130

Brasília - DF

CEP 70150 - 900

Telefone: (61) 3411 1374

Fax: (61) 3411 1297

E-mail: saei@planalto.gov.br

Criação e editoração eletrônica: CT Comunicação Ltda

Impressão: Gráfica da Agência Brasileira de Inteligência

A presente publicação expressa a opinião do autor do texto e não reflete, necessariamente, a posição do Gabinete de Segurança Institucional.

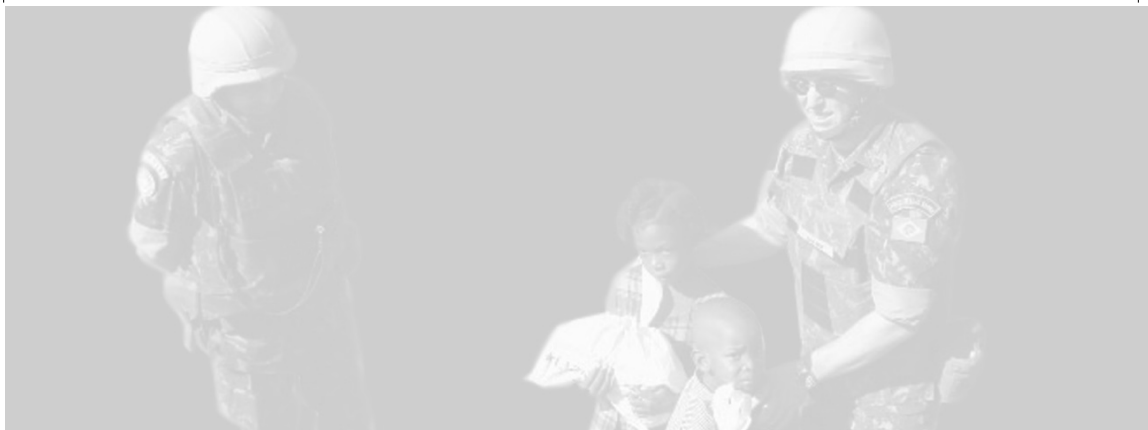
Catálogo feita pela Biblioteca da Presidência da República

P157 Palestra: Operação de Paz no Haiti (Brasília : 2005). Palestra: Operação de Paz no Haiti. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2005.

38 p.

**1. Paz. 2. Força de Paz - Haiti. 3. Mediação Internacional.
I. Presidência da República. II. Gabinete de Segurança Institucional.**

CDD -341.167



PALESTRA

General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira

ex-Comandante da Força Militar da Missão das Nações
Unidas para Estabilização do Haiti

A Palestra “Operação de Paz no Haiti”, promovida pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (Saei) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), foi realizada no dia 14 de outubro de 2005, no Palácio do Planalto. Constituiu principal objetivo do evento abordar a questão da Operação de Paz no Haiti e a participação do Brasil nesta Missão.

O palestrante foi o General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-Comandante da Força Militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. Estavam presentes representantes de órgãos governamentais, não-governamentais, acadêmicos e outros interessados no tema.

O General Heleno iniciou a Palestra mencionando a satisfação em participar de um evento como o proposto e da honra em compartilhar sua experiência profissional e pessoal como Comandante de Força Militar de Missão das Nações Unidas. Ele esteve à frente da Força Militar da Minustah, no Haiti, por 15 meses.

Em seguida, procurou esclarecer a questão de quem, de fato, comanda a Missão de Paz no Haiti. Segundo ele, muitas vezes a imprensa mostra que a Missão no Haiti é chefiada pelo Brasil, o que não passa de uma visão equivocada, visto que ela é dirigida pelo Embaixador chileno Juan Gabriel Valdés.

Uma primeira e importante constatação abordada pelo palestrante foi que o Haiti não é exclusivamente um problema militar, embora tenha sido tratado desta maneira. O país padece mais de problemas sociais, ecológicos e políticos do que, propriamente, militares. O problema passa a ser militar na medida em que uma Força de Paz lhe é vital, mas não é um país onde a ação militar, por si só, possa resolver todos os conflitos.

Alguns aspectos marcantes da vida do país reforçam a afirmação de que se trata de um problema multifacetado como, por exemplo,

as construções (que estão inacabadas); o lixo, presença constante na paisagem do Haiti e que faz parte do dia-a-dia do haitiano; e a precariedade das habitações.

A respeito da cultura, pode-se destacar a forte influência da Igreja no cenário haitiano. Considerando que as estatísticas do Haiti são discutíveis e os números não são confiáveis, pode-se dizer que o país possui 80% de católicos, 20% de protestantes e, diz a lenda, 100% de praticantes do vodu. Quanto ao vodu, sua prática não é manifestada abertamente, ao contrário, ela é muito reservada e, embora compartilhe semelhanças com o candomblé, na Bahia, difere deste na medida em que é mais discreta dentro da cultura haitiana – não se vêem anúncios sobre atividades do vodu, não há propaganda do local das sessões etc. –, mas sabe-se que a prática tem grande influência na vida dessa população.

Um dos grandes problemas do Haiti é o desemprego, ressaltado pela extensa visibilidade conferida ao emprego informal. São milhões de vendedoras ambulantes que não têm salário fixo, mas que assumem o papel de provedoras familiares: passam o dia na rua para ganhar, às vezes, meio dólar e garantir, pelo menos, a alimentação mínima da família.

O palestrante apresentou dados recentes da ONU (Organização das Nações Unidas) que, apesar de não serem absolutamente confiáveis, como as estatísticas fornecidas pelo Haiti, devem estar mais próximos da realidade do país. Segundo estes dados, 80% da população ativa estão sem emprego formal; 70% da população fazem uma refeição por dia; em termos de desenvolvimento, sabe-se que 90% da população não têm acesso ao que, hoje, é chamado de alfabetização digital.

Apesar de toda a pobreza, o haitiano está sempre bem vestido, limpo e, não obstante a falta de energia elétrica, suas roupas estão sempre bem arrumadas; o que nos leva a pensar a respeito do

amor próprio desta população – de dimensões admiráveis –, fator extremamente positivo, principalmente, quando se pensa no aspecto da reconstrução do país.

Em se tratando da situação geográfica do Haiti, pode-se afirmar que o país possui uma posição geopolítica privilegiada, o que torna difícil compreender como chegou ao isolamento político em que se encontra, sendo vizinho da maior potência do mundo, além de estar próximo da América do Sul (a cinco horas de Brasília) e bem próximo da América Central.

Com o passar do tempo, o Haiti veio se isolando politicamente. Excluiu-se do contexto Latino-americano (embora tenha como idioma oficial um idioma latino, quando se fala em América Latina, não se pensa na língua francesa), esteve fora, também, do contexto da América Central, das iniciativas para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e, muitas vezes, foi rejeitado pelo Caribe.

O General Heleno destacou que considera fundamental que o Haiti recupere laços com a Comunidade Internacional a fim de que seja reaberto o diálogo franco e sincero entre esse país e o mundo, de forma a possibilitar sua integração em um bloco, qualquer que seja ele.

No que se refere à organização política do país, pode-se dizer que esta se mostra parecida com a que é praticada pelos franceses. O país é organizado em departamentos, os quais têm municípios, que, por sua vez, possuem sedes. Atualmente, são dez departamentos. Porém, essa organização também é precária e não funciona bem. Em alguns casos, procura-se determinada entidade governamental ou departamento e não se encontra. Esta situação é inteligível, pois o país vem sofrendo uma série de perturbações políticas que conseguem desorganizar toda a estrutura político-administrativa do país.

A desestruturação dos serviços básicos também é incontestável devido à série de situações críticas que o país viveu. Órgãos como os da administração pública e os da justiça, por exemplo, são extremamente deficientes, tanto na acepção de agir, quanto na de existir.

Outro problema enfrentado pelos haitianos é a precariedade das habitações. É comum, famílias numerosas viverem em barracos muito pequenos, sendo que, muitas vezes, seus membros necessitam fazer “rodízio” para dormir.

Quanto à educação, há uma grande quantidade de jovens nas ruas, principalmente crianças, mas não no sentido de estarem desocupados: estão sempre bem uniformizados e se dirigem para a escola (cabe destacar que a família haitiana considera honroso colocar os seus filhos na escola). No entanto, essas instituições funcionam mal e possuem um padrão muito baixo de ensino.

Em se tratando do transporte público, no Haiti, o meio de condução mais comum é o Tap-tap, que, por vezes, tem mais de 40 anos de uso e anda sempre com a lotação muito acima do que é permitido.

A principal fonte de energia do Haiti continua sendo o carvão. No período do embargo (década de 90), quando a economia do país, que já não era forte, entrou em declínio total, muitas pessoas cortavam árvores frutíferas para produzir carvão. Este continua sendo um problema sério, pois ainda se vê muito carvão chegando e saindo das cidades haitianas, o que representa mais devastação. Entretanto, é difícil convencer uma pessoa, que se encontra em um grave estado de pobreza, a não cortar árvores para obter carvão e, com ele, cozinhar, passar roupa, ou satisfazer outras necessidades básicas e mínimas. Ainda sobre a degradação ambiental, qualquer sobrevôo no Haiti é capaz de mostrar a situação precária em que o país se encontra. A destruição do meio ambiente provoca, entre outras catástrofes, enchentes em todo o país.

Após esta apresentação, o palestrante expôs um breve panorama sobre a história do Haiti. O país tem 201 anos de Independência, o que deve ser considerado relevante por qualquer Força de Paz, pois não se trata de uma nação onde haja facções brigando para tornar o país independente, mas sim de um território com dois centenários de Independência conquistada.

A história do Haiti é dolorosa e trágica desde o início, desde a Independência. Em 1986, com a queda do regime de Jean-Claude Duvalier, imaginou-se uma outra era para o Haiti. Foi feita uma nova Constituição e, em dezembro de 1990, houve a eleição do Presidente Jean-Bertrand Aristide. Em 1991, com o Golpe de Estado Militar – condenado, principalmente, pelos Estados Unidos – a Organização dos Estados Americanos (OEA), sob orientação dos norte-americanos, impôs sanções econômicas e, posteriormente (1994), o bloqueio total ao país, o que agravou a situação da economia haitiana. E o que já não era uma economia em franca ascensão tornou-se mais fraca ainda. As poucas indústrias deixaram o país e se transferiram para países do continente asiático, como Coréia e Cingapura (essas mudanças correspondem à época da ascensão dos Tigres Asiáticos).

Ainda em 1994, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou o envio de uma Missão de Paz e mandou 20 mil *marines* americanos para tentar resolver o problema do Haiti. Esta Missão, entretanto, não foi bem-sucedida.

No mesmo ano, com a volta de Aristide ao poder, as Forças Armadas do Haiti foram extintas. Depois de completado o seu primeiro mandato, ocorre uma nova eleição que elege o candidato à Presidência da República, René Préval.

Aristide completou um feito histórico: terminou o seu Governo sem Golpe de Estado. Em 2001, foi reeleito e deu início ao seu segundo mandato. Em 29 de fevereiro de 2004, renunciou e foi substituído pela Força Interina Multinacional - MIF.

Ainda se referindo à história do país, o General Heleno afirmou ser interessante considerar alguns antecedentes dessa história, tais como instabilidade política crônica e situação sócio-econômica caótica. Uma parte considerável do dinheiro recebido pelo país foi gasta na área de segurança, principalmente com a Polícia, o que foi um investimento mal realizado. Uma das missões da Minustah, ainda hoje, é reestruturar a Polícia haitiana.

O Haiti ainda enfrenta outros problemas de ordem social, como a fome. É um cenário desagradável ver uma criança haitiana com aspecto de desnutrição. Na tentativa de amenizar a questão, uma entidade dirigida por freiras assiste mães e crianças com deficiência de nutrição, dentro da *Cité Soleil*. Entretanto, no interior do país, apesar da grande pobreza, não se vêem imagens de crianças como as da Somália, porque os haitianos, ao menos, conseguem manter uma alimentação mínima à base, principalmente, de frutas (alimento abundante no país), mas isso não supre a necessidade dos nutrientes necessários ao corpo humano. Ao examinarem os pacientes haitianos, os médicos da brigada brasileira percebiam que o tônus muscular não era compatível ao esperado, devido à falta de proteína na alimentação.

O General Heleno afirmou ser difícil propor soluções para os problemas do Haiti sem conhecer a situação do país mais profundamente. Ele considera que, embora tenha passado 15 meses no país, ainda sabe pouco sobre ele – uma nação com 200 anos de história, um povo constituído e soberano. Logo, supõe ser uma leviandade as pessoas que passam poucos dias no Haiti se considerarem conhecedoras dos problemas do país e plenamente capazes de propor as soluções adequadas.

As Missões de Paz anteriores não foram bem-sucedidas, haja vista a situação do país ter piorado nos últimos anos. Após a queda de Aristide e com a presença da Força Interina Multinacional, o

Conselho de Segurança da ONU tomou decisões para uma solução mais duradoura. Vale ressaltar que a Força Interina Multinacional não era uma Força de Paz, mas de Ocupação, não subordinada à regra de engajamento, e que, apesar de enviada pelo Conselho, não possuía as diretrizes claras do que deveria fazer no Haiti.

Apesar das novas Resoluções e do interesse básico da Missão ser a construção de um ambiente seguro e estável (de acordo com a Resolução nº. 1542, de 30 de abril de 2004, que estabeleceu como objetivos da Operação, além do ambiente seguro e estável, os direitos humanos e o processo político), há alguns pontos negativos desta Missão que merecem ser revistos como, por exemplo, o fato de que a Polícia Civil Internacional (que hoje se tornou Unpol – United Nations Police) não ser subordinada ao Comandante da Força Militar, o que constitui um problema para a Missão de Paz, pois se trata de uma duplicidade de comando. É sabido que qualquer operação militar precisa ter unidade de comando e constitui um erro que uma Missão como esta tenha dois comandantes agindo na mesma área.

Outro ponto a ser destacado é que o responsável pela administração torna-se o homem mais importante da Missão de Paz, por ser ele quem controla a área financeira; é de sua responsabilidade, por exemplo, a liberação de verbas para a obtenção de uma força de helicópteros para a Missão.

Um ambiente seguro e estável é um dos pontos essenciais da Operação e três instituições eram responsáveis por esta questão: a Força Militar, com previsão de 6.700 militares; a Polícia das Nações Unidas, Unpol, com 1.622 homens, e a Polícia Nacional do Haiti (PNH), que possuiria cerca de 4.500 pessoas em seu efetivo, mas, até hoje, não se sabe, ao certo, qual o número real de componentes dessa Polícia. Considerando que este seja, de fato, o efetivo da Polícia Nacional do Haiti, o ambiente seguro e estável, inegavelmente, é a tarefa principal das forças legais.

A segurança do Haiti deve ser encarada com seriedade. Não é possível pensar em uma segurança no nível da do Vaticano, por exemplo, para o Haiti. Sendo assim, o número de três seqüestros por semana, em Porto Príncipe, seria aceitável, pois, na cidade do México, são 20 e, no Rio de Janeiro, 40. Segundo o General, durante o tempo em que liderou a Missão de Paz no Haiti, foram raras as vezes em que usou colete à prova de balas, pois considerava o nível de segurança perfeitamente tolerável.

De acordo com o palestrante, é este o nível de segurança que deve ser almejado. Não se pode ignorar o fato de que há áreas onde a questão se torna mais complexa, assim como há no Brasil. Após as eleições, este ambiente seguro deve ser mantido, mas este objetivo já é um farol nítido para as forças legais.

A população haitiana sofre de uma verdadeira síndrome de insegurança; qualquer disparo para o alto, na capital Porto Príncipe, e a imprensa afirma que a cidade está um caos, que há um pânico generalizado. A partir deste ponto, temos de trabalhar contra a violência e contra o efeito psicológico da violência. Incidentes pequenos e pontuais são divulgados como situação de caos, o que é péssimo para o país, mas não há como mudar esse comportamento da imprensa. Primeiro, porque, embora seja este o seu papel, ela procura notícias e notícia boa não é notícia. Há uma definição interessante de notícia “de que esta seria tudo aquilo que alguém não quer ver publicado”. Sendo assim, a imprensa não vai noticiar que a tropa brasileira distribuiu comida na escola Duque de Caxias, pois não seria lido por ninguém. No Haiti, a imprensa e os correspondentes estrangeiros, principalmente, estão ali para passar ao resto do mundo a idéia de desorganização, e eles não só transmitem essa idéia, como exageram para valorizar o seu próprio trabalho. Entretanto, isso prejudica o país, pois propaga a imagem de que o Haiti está em

situação de insegurança crônica e que ninguém pode fazer nada lá por não conseguir andar nas ruas devido à falta de segurança, o que é uma inverdade.

Diante deste fato, o palestrante afirmou ter estabelecido uma estratégia operacional básica: a de estar presente em todo o território nacional, juntamente com a Polícia Civil Internacional e com a Polícia Nacional do Haiti. Quanto a esta última não há escolha (na qualidade de única força legal do país, tem de ser apoiada).

Em se tratando das estratégias operacionais decorrentes, é fundamental desarmar os grupos ilegais, compreendendo, porém, que se deve usar a força somente quando necessário e que é preciso impedir o seu uso indiscriminado. A pressão para o uso da força é impressionante, tanto por aqueles que não têm poder de decisão, quanto por aqueles que não serão responsáveis por tal uso. Sendo assim, deve-se ter muito cuidado no emprego da força, caso contrário, em pouco tempo, não haverá a quem defender.

Segundo o General Heleno, a agenda de operações da Minustah era desenvolvida por ele, era ele quem determinava, por exemplo, quando haveria uma operação exatamente para impedir esse uso indiscriminado de força. Sempre fez questão de estar presente em todas as ocorrências, pois, caso houvesse qualquer coisa a dizer sobre força empregada na Minustah, seria ele o responsável.

O palestrante considerou extremamente importante que a Operação de Paz busque sempre o apoio da população, por se tratar de um evento pacífico (até mesmo Forças de Ocupação buscam esse apoio). Destacou, ainda, que, infelizmente, nunca viu projetos sociais e econômicos serem apoiados na Minustah e nem, tão pouco, contarem com a participação ativa de seus países-membros. Pontuou, também, a importância de se utilizar intensamente a comunicação social, o que foi impossível fazê-lo na Minustah, devido a baixa qualidade

desse setor. O Haiti, porém, é um país que possui uma rede de rádio-difusão de boa qualidade, até melhor do que o esperado, e como a ONU não estava preparada para enfrentar uma nova modalidade de comunicação, valeu-se, assim, da rede haitiana.

No caso específico de comunicação, as Nações Unidas tentaram copiar, no Haiti, o mesmo projeto que foi bem-sucedido na Costa do Marfim. Entretanto, deve-se considerar que a situação do Haiti não se assemelha em nada à da Costa do Marfim. Em seguida, trouxeram a idéia da África, de que se deveria instalar uma rádio, mas reconheceram que pouquíssimas pessoas ouviriam uma rádio da ONU, já que há mais de 30 rádios em Porto Príncipe. Não conseguiram montar uma estratégia de comunicação e, até hoje, não puderam ter um acesso satisfatório à imprensa, a fim de que fosse divulgado que a Missão alcança seus objetivos estratégicos e, assim, garante condições ao governo de transição de guiar o país até as eleições; conduzir eleições livres, democráticas e transparentes; e permitir a posse tranqüila do novo governo.

Este último ponto ainda era uma interrogação, pois garantir ao novo governo condições de governabilidade ia requerer tempo e não se sabia qual seria este tempo, pois dependeria do Conselho de Segurança da ONU, da postura dos países participantes e de outras tantas questões.

Quanto à cronologia do efetivo militar da Missão, a Força Interina Multinacional possuía 3.173 militares. Quando o General Heleno assumiu a Operação, no dia 25 de junho de 2004, havia, apenas, 1.570 (menos da metade do que dispunha a MIF) para cuidar do país inteiro. Em 1º de setembro, havia 2.800; em 1º de novembro este número subiu para 4.000; dois meses depois, chegou a 6.000 militares. Quase um ano após a entrada do General Heleno no comando militar da Operação, em 15 de abril de 2005, a coordenação da Minustah atingia o número de 6.250 homens.

É importante mencionar que, dos 6.250 militares da Minustah, nem todos estão em Porto Príncipe. Inicialmente, foi necessário estabelecer uma presença progressiva em todo o país, mesmo que ainda não fosse possível saber quais países contribuiriam e quantos estariam à disposição da Missão. Inicialmente, a tropa brasileira foi designada para Porto Príncipe, o local mais importante, enquanto a Argentina ficava em *Gonaïves* e o Chile em *Cap-Haitien*. E assim teve início a Missão, cada país ficando responsável por um enorme território.

À medida que os diferentes contingentes chegavam (na época mais de 13 países), foi se estabelecendo a presença de soldados por todo o país. O contingente uruguaio se encontra na Grande Península, localizada na parte Sudoeste do país; o Sri Lanka enviou uma companhia para *Jacmel*; a tropa mais forte está em Porto Príncipe, onde, quando foi completado o efetivo, havia os batalhões jordaniano, brasileiro, cingalês, além de uma companhia peruana – que anteriormente estava em *Jacmel* e posteriormente foi levada para Porto Príncipe, diante da gravidade dos fatos que aconteciam nesta cidade. Na parte central do país, está o contingente do Nepal (um batalhão com 750 militares, com sede em *Mirebalais*); e, ao Norte, há três contingentes: a Argentina à Noroeste, o Chile ao Norte e o contingente espanhol-marroquino, na parte Nordeste.

Outro problema relevante a ser citado diz respeito ao efetivo militar disponível para trabalhar nas ruas. Quando se diz que a Missão conta com 6.250 militares, muitas pessoas esquecem que o soldado também possui necessidades mínimas a serem respeitadas. Sendo assim, deste efetivo de 6.250 homens, pode-se dizer que 1.800 estão no apoio logístico – pois é necessário haver pessoas na cozinha, nos cuidados com o acampamento, na comunicação por rádio. Além disso, as Nações Unidas determinam que, de tempos em tempos, o

soldado seja licenciado. Dessa maneira, de 6.250 soldados, na verdade, apenas 3.250 estão disponíveis para ir às ruas. Em Porto Príncipe, havia o contingente brasileiro (com 1.050 soldados), o contingente jordaniano (com 750), o do Sri Lanka (com 650, pois 100 estavam em *Jacmel*) e o contingente peruano (com 200 soldados). Havia, portanto, 2.650 homens e, tirando essas mesmas proporções de apoio logístico e licenciados, só era possível colocar nas ruas um efetivo de, no máximo, 1.300 homens. A Unpol contava com 300 homens e a Polícia do Haiti, quando atingiu seu efetivo máximo, colocou 1.100 policiais na rua. Em Porto Príncipe, havia, portanto, 2.700 homens disponíveis para cuidar da cidade.

O palestrante afirmou que, diante destes fatos, o efetivo da Minustah possuía número de membros incompatível com os problemas do Haiti. Dessa maneira, a Resolução nº. 1608, de 22 de junho de 2005, manteve as grandes metas e aumentou o efetivo da Missão, com mais 750 homens para o contingente criando, assim, um novo setor em Porto Príncipe chefiado pelo General para que o *Force Commander* tivesse mais liberdade para atuar no resto do país. Esse novo setor não deixa de estar subordinado ao *Force Commander*, mas possui um General responsável pelo cuidado e pelo apoio a Porto Príncipe. Esse novo segmento era constituído por um Quartel General com 50 militares e 250 novos policiais (trabalhando, também, junto à Polícia das Nações Unidas). Além disso, a resolução estabeleceu um controle efetivo da Polícia do Haiti pela Polícia Internacional, o que foi mal recebido pela sociedade haitiana que considerou a medida uma ingerência na soberania do Haiti, (até hoje a população não aceita esta subordinação).

Com a chegada de novas tropas, a segurança da cidade fica amplamente reforçada para dar continuidade ao processo das eleições. Além da criação do novo setor em Porto Príncipe, o país já conta com

as companhias do Sri Lanka e das Filipinas (que aguarda, apenas, ser equipada pelo governo americano), constituindo um número de 7.500 homens voltados para a manutenção da segurança do Haiti.

Retomando os problemas enfrentados pela Missão, o General Heleno mencionou que o apoio logístico dado aos contingentes ainda é deficiente. Essa questão grave de infra-estrutura vem impedindo à Minustah de, até hoje, instalar os agrupamentos em território haitiano de modo eficiente.

Além disso, a área de comunicação também continua sendo um grande problema porque o país não tem um sistema de comunicações muito desenvolvido. No início da Missão, essa questão tornou-se evidente: apenas os aparelhos celulares funcionavam; no entanto, em algumas áreas, nem mesmo esses aparelhos podiam ser operados, deixando as pessoas incomunicáveis.

Outra questão problemática refere-se ao idioma. Francês e *créole* são os idiomas oficiais do Haiti (este último é uma língua crioula de base francesa e, embora muitas palavras se pareçam com o francês, são línguas diferentes). O francês era a língua utilizada nas reuniões com o governo haitiano e na comunicação com boa parte da população. Porém, dos treze contingentes que estavam no Haiti, somente o de Marrocos era francofone e pouquíssimos oficiais de outros contingentes possuíam algum conhecimento da língua francesa.

Devido a esta situação, o General Heleno afirmou que, durante mais de seis meses, sua presença foi necessária em, praticamente, todas as reuniões com autoridades locais, pois não havia oficial, disponível, com domínio dessa língua para esta tarefa: havia, somente, dois oficiais franceses, impossibilitados de cumprir este papel pois se encontravam lotados na Seção de Operações e na Seção de Inteligência, respectivamente). Nas Nações Unidas, o idioma de

trabalho é o inglês, porém a situação é semelhante à que ocorre com o francês, pois poucos oficiais são fluentes naquela língua. A maioria dos oficiais do Estado Maior provém de países Sul-americanos, de língua espanhola (idioma de sete contingentes), o que provoca conflitos dentro do Estado Maior, devido ao sentimento de segregação dos não-falantes de inglês. Logo, para se resolver o problema idiomático, seria importante que o *Force Commander* também falasse espanhol para manter o contato com os contingentes que estão nos locais mais críticos, fora de Porto Príncipe – mas, infelizmente, a ONU parece não levar este fato em consideração.

Outro problema da Missão apontado pelo General Heleno seria a ausência de projetos de desenvolvimento para o Haiti. Segundo ele, no que se refere ao desarmamento, para citar um exemplo, não é possível resolvê-lo sem um projeto específico porque, se não há nada para oferecer a quem quer se desarmar, a pessoa acaba optando por permanecer armada.

Em relação à Polícia Nacional do Haiti, é necessário apoiá-la, visto que é a única força legal do país. A missão da Polícia Civil Internacional é clara: ela tem de formar a Polícia Nacional do Haiti porque esta enfrenta graves problemas, como a falta de viaturas e a precariedade das instalações (destruídas por incendiários). Ela também possui dificuldades enormes no relacionamento com a população, pois os policiais não têm prestígio junto aos indivíduos do país.

Outro problema grave enfrentado pela Polícia é a questão do efetivo. Com oito milhões de haitianos, a Polícia conta, apenas, com cerca de cinco mil policiais, ou seja, um conjunto de tropas cujo número é incompatível com o da população (Brasília, que possui dois milhões e meio de habitantes – e não enfrenta os problemas pelos quais passa o Haiti – possui mais de 20 mil policiais). Dessa maneira, não há como resolver os problemas de um país nesta situação, pois a Polícia

não tem condições de melhorar essa realidade se contar apenas com o efetivo que possui atualmente.

A falta de serviços de Inteligência é outro problema que atinge a Missão de Paz no Haiti. A ONU não permite que os contingentes usufruam desses serviços, o que torna a Operação altamente vulnerável, pois fica à mercê de fontes de informação não confiáveis.

O General exemplificou esta vulnerabilidade citando sua experiência no Haiti. Durante os quatro primeiros meses em que esteve à frente da Missão militar, tanto ele quanto o Comandante Carlos Chagas, poucas vezes tiveram uma noite completa de sono, pois eram acordados, freqüentemente, por telefonemas informando que o Palácio estava sendo atacado, que o aeroporto havia sido incendiado ou que a penitenciária fora devastada, dentre outras notícias falsas. Mas, diante da incerteza da veracidade da informação, era necessário deslocar tropas para os locais dos possíveis transtornos. Um deslocamento completamente desnecessário de tropas causado pela falta de um serviço de Inteligência.

Os grupos armados também constituem uma ameaça à paz no Haiti. Há, basicamente, dois grupos armados no Haiti, os ex-militares e rebeldes e as gangues e *chimères*, (milicianos de bairros pobres que, segundo a teoria de Duvalier, foram armados pelo ex-presidente Aristide para fiscalizar e controlar a população, chegando, inclusive, a manter essa população refém). Segundo o General, é muito difícil distinguir os *chimères* de outras gangues, pois eles se misturam durante as ações e, apenas pelas características, resultados e exigências, é que se pode concluir se a manifestação é política ou estritamente criminosa.

Os ex-militares e rebeldes foram alvo do mandato da Minustah, porém a operação fracassou por ter procurado combater grupos que não constituíam grande ameaça à segurança do Haiti. Porque não era

do conhecimento da Minustah (que chegou a pensar que se tratava de um grupo semelhante às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc) as Forças de Paz se detiveram nesses dois grupos em lugar de combater as verdadeiras ameaças – as gangues e os *chimères*.

Segundo o General, foi preciso muita determinação para evitar cumprir ordens (emitidas pelo Departamento de Operações de Paz) de ataque a esses ex-militares. Citando um exemplo, houve um momento em que um grupo de 400 ex-militares havia ocupado um quartel, localizado ao Norte do país. Ainda de acordo com o General, um massacre seria inevitável, pois os 356 chilenos destacados para a operação seriam, militarmente, superiores, o que provocaria a morte de um grande número de ex-militares e de nenhum (ou quase nenhum) homem pertencente às tropas da ONU. Caso isso acontecesse, no dia seguinte, estaria acabada a Missão de Paz porque os ex-militares têm apoio de boa parte da população e, sendo assim, qualquer ação neste nível colocaria a sociedade haitiana contra a Missão, que passaria a ser considerada uma Força de Ocupação, hostilizada pela sociedade.

A atual situação das Forças Armadas do Haiti é muito delicada (visto que foram extintas ilegalmente); esta é, portanto, uma situação ilegal que deve ser resolvida pelo próximo governo. A opinião do General é a de que é muito difícil imaginar um país soberano e independente sem Forças Armadas. Entretanto, este não é, somente, um problema político, mas também, de orçamento, pois manter as Forças Armadas acarreta despesas. A questão precisa ser resolvida com a ajuda da Comunidade Internacional e é necessário saber, ainda, o que será feito em relação aos ex-militares, pois muitos deles ainda lutam na esperança de voltar às Forças Armadas.

Os grupos de ex-militares – também compostos por jovens de 23 e 24 anos (que não são, de fato, ex-militares) – ainda se atribuem a obrigação de proverem a segurança de suas áreas enfrentando

os *chimères*, atividade para a qual foram treinados. Isso se dá pela necessidade que sentem de serem tratados como vencedores, além de terem colaborado na queda do Presidente Aristide.

O General relatou um fato que ocorreu envolvendo os ex-militares. Segundo ele, a população local de uma pequena cidade haitiana pintou uma casa de amarelo (a cor das Forças Armadas do Haiti), escreveu no muro da casa “Forças Armadas do Haiti” e pediu a quatro ex-militares que ocupassem a casa e provessem a segurança dessa localidade, que não tem policiamento. O General foi informado do ocorrido e mandou um pelotão argentino para o local. Imediatamente após a chegada da Missão, a casa foi cercada por mulheres e crianças insultando a Minustah e pedindo que o Tenente responsável pela operação abandonasse o local. Diante do ocorrido, o General deu ordens para que o pelotão se retirasse, pois seria pouco prudente enfrentar a população, além de ser uma disputa desnecessária porque, após a recuperação da casa, a polícia não a ocuparia por falta de efetivo.

Considerando fatos como o relatado acima, a Missão estabeleceu um outro tipo de estratégia relativa aos ex-militares: a negociação. A Missão impediu o surgimento de líderes nacionais, negociou com cada facção a criação de líderes locais e neutralizou todas as ações armadas que pudessem ser desenvolvidas. A partir do momento em que a ONU respeitou as tradições haitianas e os ex-militares, todos os contatos da Missão com eles tornaram-se extremamente respeitosos (com exceção das retomadas de delegacias, onde foi necessário usar a força, pois, nestes conflitos, a maioria dos envolvidos não era ex-militar, mas bandido).

Para a ONU, os ex-militares constituíam um grupo envolvido com drogas. Entretanto, em uma operação realizada pela Missão, foi encontrado o local onde morava o famoso Comandante dos ex-

militares, Manú. Tratava-se de um local precário, quase impossível de se viver. Sendo assim, era impossível acreditar que alguém que vivesse sob aquelas condições – subumanas – tivesse qualquer ligação com drogas ou contrabando.

No que se refere às gangues e *chimères*, dentre as principais ações da Missão destacam-se: tentar atuar dentro das favelas, principalmente nas duas maiores favelas de Porto Príncipe – *Bel Air e Cité Soleil* – consideradas as mais problemáticas; prender marginais; desarmar e trabalhar junto à população, na tentativa de organizar uma rede local de informações, já que a Missão não possui serviço de Inteligência autorizado pelas Nações Unidas.

Outro grande desafio enfrentado foi a falta de apoio aéreo aproximado, pois, devido às restrições contratuais e à força de helicópteros não estar sob a direção do *Force Commander*, a ONU não permitia vôos táticos de baixa altitude, o que nos impedia de contar com tal ajuda.

No que se refere à segurança durante o período eleitoral, esta foi a tarefa mais importante da Missão nos meses que antecederam às eleições. A data das eleições do Haiti já havia sido alterada diversas vezes. A posse do novo presidente deveria ter acontecido no dia 7 de fevereiro de 2006. Ocorreu um atraso na entrega das cartas eleitorais, que é o único documento do haitiano (a maioria não possui carteira de identidade), já que estas cartas eleitorais funcionam, também, como carteira de identidade, de motorista, dentre outras funções. Devido a isso, o número de inscritos para votar não representa a vontade de votar. Essa diferença se dá devido ao fato de que, talvez, a maioria das pessoas esteja preocupada simplesmente em ter a carteirinha. Infelizmente, o povo haitiano ainda não possui o hábito de votar, a democracia ainda não se tornou hábito no Haiti.

Em se tratando das patrulhas, foram realizadas mais de 12 mil desde o início do mandato. Já em relação ao *checkpoint*, quando

não há a presença da Polícia Nacional do Haiti, como intérprete, o procedimento torna-se quase inútil, pois não há comunicação entre um soldado do Sri Lanka, por exemplo, e um haitiano que possui uma arma dentro do carro. Logo, embora seja difícil convencer a Polícia haitiana, é necessário que ela esteja presente neste tipo de procedimento.

Quanto às operações com batalhões vizinhos e operações combinadas, o General relatou que houve a mistura das tropas – Sri Lanka e Brasil, Peru e Brasil, Jordânia e Argentina, Argentina e Chile, Chile e Marrocos – e, felizmente, não houve nenhum problema disciplinar, de cumprimento ou de divisão de tarefa. Este fato é muito importante para que se perceba que existe uma cultura militar, na qual a hierarquia e a disciplina falam mais alto do que qualquer coisa que possa ter marcado a história destes países, salvo questões culturais. Este foi um ponto altamente positivo da Missão.

No que se refere à segurança permanente, a Missão possui uma companhia morando no Palácio Presidencial. Ela também fez a segurança de todos os comboios que levaram ajuda humanitária até *Gonaïves* e nenhum caminhão que pediu apoio de segurança às Nações Unidas foi perdido, enquanto muitos daqueles que foram saqueados, não haviam solicitado essa ajuda às tropas da ONU, pois optavam por entrar sozinhos na cidade, com 250 mil habitantes, todos necessitados e esfaimados.

Ações civis e humanitárias foram causa de duras críticas à Missão, pois se afirmava que ela estava entrando em uma área que não dizia respeito à Força Militar. Segundo o General Heleno, de fato, não é tarefa da Força Militar promover ações civis e humanitárias, entretanto, se a Missão não o fizer, não haverá quem o faça. Assim, a ordem dada pelo General era que toda operação militar deveria vir acompanhada de uma ação humanitária, pois esta seria uma das formas

de se buscar o equilíbrio e o apoio da população. Esta preocupação em se fazerem ações dessa natureza era de todos os contingentes (inclusive, havia alguns que comiam menos para distribuir mais comida à população).

Outra tarefa que não pertencia à Missão era a coleta do lixo; mas, em determinado momento – quando o entulho começou a atrapalhar a Operação, impedindo a passagem dos carros e tropas – foi preciso que a Missão se atribuísse esse trabalho.

Após a neutralização dos grupos rebeldes e ex-militares, a situação no interior do país tem se mantido calma há mais de seis meses. Em Porto Príncipe, a situação está controlada e, embora tenha havido crises, a Missão nunca perdeu o controle da situação. Outros setores críticos são as favelas *Carrefour e Martissant*, que estão sob a fiscalização do Sri Lanka; duas grandes favelas, superpovoadas, mas submetidas a esse contingente.

Bel Air está sob o controle e sob a vigilância permanente do Brasil. Neste ambiente operacional de *Bel Air*, é comum ver mulheres e crianças na frente das casas, servindo como escudo para os bandidos. Desde a chegada do terceiro contingente brasileiro, que vem sendo formado a partir das informações recebidas dos outros dois, a favela começou a ser patrulhada a pé pelos soldados, com uma ação mais intensa e sendo inspecionada todos os dias.

O terceiro contingente realizava patrulhas e *checkpoints* constantemente, vasculhava casa por casa; além disso, recolhia o lixo das ruas (foram retirados 800 caminhões de lixo), tudo isso ao mesmo tempo em que realizava ações humanitárias, a fim de neutralizar a hostilidade da população e de obter o apoio que essa sociedade dava aos bandidos. A situação da favela foi tão alterada que chegou a acontecer uma partida de futebol entre o contingente brasileiro e a população de *Bel Air*.

Apesar do pouco contato entre Brasil e Haiti antes da Missão de Paz, o futebol brasileiro sempre foi idolatrado pelos haitianos. E, mesmo com a intervenção da Minustah em seu país, essa paixão pelo futebol não sofreu alteração – uma parcela da população elegeu a seleção brasileira como a seleção do seu país (porém, infelizmente, essa paixão é dividida com a seleção argentina).

A *Cité Soleil* é fiscalizada pelo contingente jordaniano. Neste caso, a situação continua crítica e exigirá muito trabalho para ser resolvida, pois os bandidos permanecem no controle e a Missão não tem presença permanente (uma operação que revistasse casa por casa causaria a morte de muitos civis).

O mês de junho de 2005 concentrou uma fase importante e complicada para a Missão. No início do mês, ocorreu a terceira grande crise da cidade de Porto Príncipe. Teve início uma onda de seqüestros; houve um incêndio em um mercado onde não permitiram aos vendedores saírem e muitas pessoas foram queimadas em seu interior (uma ação tipicamente política, cujo objetivo era desestabilizar o Governo e pressionar a Minustah). Neste período, havia quatro contingentes em Porto Príncipe devido à gravidade da situação. Os ataques a estabelecimentos comerciais e industriais começavam a desestabilizar a cidade e a Missão precisou agir rapidamente. Segundo o General Heleno, havia uma campanha orquestrada no rádio, no jornal, faixas na rua e adesivos nos carros contra a atuação da Minustah e contra ele próprio.

Foi realizada também uma operação na *Cité Soleil* (uma das maiores favelas do mundo) para prender *Emmanuel Dread Wilme*, o principal chefe das gangues. Inicialmente, foram realizados reconhecimentos aéreos e fotografados os obstáculos construídos pelos bandidos. O contingente peruano entrou na favela, a pé, para atacar a casa de Dred Wilme, enquanto a tropa brasileira atacava por outro lado. A operação foi bem sucedida e Dread Wilme, morto.

No que diz respeito à situação atual de segurança, segundo o General Heleno, não há dúvidas de que, sem a Minustah, o Haiti já teria entrado numa guerra civil. O desarmamento vem crescendo, embora ainda haja grupos interessados em desestabilizar o país, mas já existem condições para se realizarem as próximas eleições.

O General apresentou algumas conclusões pessoais acerca da situação do Haiti, dentre elas destacam-se: o fato de a presença da Minustah ter evitado uma guerra civil no Haiti; a ausência de ações em prol do desenvolvimento, o que inabilita o programa de desarmamento; a retirada das tropas, que pode desencadear uma nova crise de segurança e levar o país de volta ao ponto de partida.

Do ponto de vista militar, são muitas as vantagens para o Brasil em participar de Missões de Paz desse tipo, como por exemplo: o preparo individual; aprendizagem sobre apoio logístico; teste efetivo do material empregado; avaliação das instruções dadas; experiência em Missões de Paz; aprendizagem de outros idiomas, entre outras.

O General Heleno finalizou sua apresentação afirmando que discorda das estratégias impostas pelos países doadores da Comunidade Internacional – França, Canadá, Estados Unidos e Comunidade Européia só aceitam investir no Haiti caso a segurança do país se iguale à do Vaticano. Segundo ele, é criminosa a atuação da Comunidade Internacional em relação ao Haiti, pois o país necessita de projetos de impacto e o preocupa seriamente o fato de uma Força de Paz da ONU ser obrigada a fazer operações de guerra. Segundo o palestrante, não adianta querer resolver o problema do Haiti com fuzis nas ruas, pois não é esse o instrumento capaz de pôr fim aos problemas sociais que assolam o país. Ele diz que não se devem repetir os mesmos erros de missões anteriores. Os problemas do Haiti têm mais de 200 anos e não serão resolvidos em mais oito meses, antes, é necessário ter calma, perseverança e permanência na ação.

DEBATES

A seção de debates foi conduzida pelo Ministro José Carlos de Araújo Leitão, Coordenador de Estudos da Saei, e mediador do evento.

Pergunta: As duas primeiras perguntas que iniciaram a seção de debates foram elaboradas pelo próprio Ministro. A primeira delas dizia respeito à afirmação do General de que a questão haitiana envolve, também, problemas sociais, ecológicos e políticos, além, evidentemente, de questões militares. Diante desta afirmação, perguntou ao General se ele concordava que essa abordagem do social, ecológico e político poderia abrir espaço para uma presença civil mais expressiva no Haiti. A segunda pergunta dizia respeito ao tema segurança. José Carlos indagou ao General Heleno se, durante os 15 meses passados no Haiti, ele, em algum momento, havia constatado risco para a Segurança Nacional da República Dominicana (país vizinho ao Haiti), causado pelos problemas haitianos.

Resposta: O General Heleno afirmou não ter dúvidas de que a Missão haitiana não é estritamente militar, pelo contrário, segundo ele, o que está faltando no Haiti é uma maior interação entre sociedade civil e militar, pois ambas são absolutamente iguais, a diferença é que os militares andam fardados. Pontuou ainda que, no caso do Haiti, a ênfase na atuação de Força de Segurança acontece por razões históricas, pois, no espaço de tempo que abarca os últimos 10 anos, é difícil encontrar períodos da história do Haiti onde não haja soldados estrangeiros transitando pelas ruas. Infelizmente, as pessoas acreditam que isso vai solucionar o problema e que, somente depois de resolvido, as entidades internacionais e organizações não-governamentais deverão desenvolver projetos no Haiti.

Ele destacou que possui uma visão totalmente diferente desta, pois acredita que, na medida em que os espaços do país fossem ocupados por

uma Força de Paz (que poderia ser denominada de presença efetiva), os canteiros de trabalho poderiam se multiplicar pelo país, o que não ocorre, hoje, sob alegação de que não há segurança para implantar projetos desta natureza. Entretanto, ainda de acordo com o General, afirmações como estas são falsas, visto que, no interior do Haiti, região extremamente carente, já poderiam estar sendo implantados projetos sem nenhum problema relacionado à segurança.

O General Heleno afirmou não entender de que forma o problema do Haiti poderia ameaçar a República Dominicana, visto que este país, proporcionalmente, possui um dos maiores contingentes militares do mundo. O efetivo das Forças Armadas da República Dominicana, se comparado ao tamanho e à população do país, é consideravelmente numeroso. Dessa maneira, não haveria um problema de segurança no sentido estrito do termo; antes, o problema de segurança na República Dominicana está relacionado à passagem do haitiano pela fronteira em busca de uma oportunidade melhor. Essa travessia vem sendo combatida pelo próprio Governo do Haiti, que já apresentou protestos recentes se opondo às ações das Forças Armadas e da Polícia dominicana contra cidadãos haitianos. É evidente que a República Dominicana tem grande preocupação com a possibilidade de haver um caos humanitário e social no Haiti, pois esta situação provocaria uma evasão e, considerando que o caminho para os Estados Unidos é muito patrulhado, o mais rápido e, talvez, o mais fácil seria aquele que corta o território dominicano. É inegável a existência de uma preocupação do Governo dominicano em relação ao futuro do Haiti, inclusive, eles são grandes defensores da volta das Forças Armadas haitianas, a fim de que possam dividir com elas o controle da fronteira.

Pergunta: O Professor José Carlos Brandi Aleixo, da Universidade de Brasília, fez algumas breves considerações de caráter histórico. Mencionou um famoso encontro que houve entre Simón

Bolívar e Alexandre Pétion, no qual o Haiti deu pleno apoio à Bolívar na luta pela Independência. Este gesto é sempre lembrado nas relações entre Haiti e América Latina, apesar de que, posteriormente, os laços tenham se tornado menos intensos.

Outra experiência do Haiti que dificultou o seu desenvolvimento foi o fato de não ter conseguido o rápido reconhecimento da sua Independência pela França. Esse fato é causador de dificuldades na consolidação do Estado nacional haitiano. Ainda no que diz respeito ao Haiti, durante muito tempo, toda a ilha esteve sob o domínio haitiano e, somente em 1844, a República Dominicana conseguiu sua Independência e separação do Haiti.

Com base nas observações acima, o Professor Brandi Aleixo perguntou ao General Heleno até que ponto a experiência do Brasil na República Dominicana (na Força Interamericana de Paz), pode ter sido útil para a atual experiência no Haiti.

Resposta: O General Heleno comentou que, na época do famoso encontro mencionado pelo Professor Aleixo, o Haiti era a colônia mais rica da França e prestou, inclusive, auxílio financeiro a Bolívar. Disse, ainda, que a história da Independência também é um fato marcante e, pior do que a França ter reconhecido a Independência do Haiti, somente, por dinheiro (o que gerou uma dívida que o Haiti pagou durante longos anos), foi o fato de os Estados Unidos terem demorado quase 40 anos para reconhecê-la. Esta última situação marcou a história do país em relação ao contexto geopolítico no qual ele estava inserido.

Com relação à Missão na República Dominicana, esta possuía características diferentes, pois, na época, as Missões de Paz eram realizadas de outra forma. Segundo o General Heleno, foi feita uma análise das Missões recentes e observou-se que elas têm incluído ações de guerra com maior frequência do que na época da Missão

dominicana. Neste país, a Operação Faibrás chegou para uma atuação pacífica e, embora, no início, tenha havido uma certa hostilidade, imediatamente após, ela se firmou como a Força capaz de restabelecer a paz no país e sua realização foi facilitada pela aceitação por parte da população. A República Dominicana beneficiou-se muito deste fato e, atualmente, é um país em situação melhor do que na época da atuação da Missão, sobretudo porque aproveitou a sua privilegiada posição geográfica (Caribe) para explorar o turismo.

Quanto à contribuição da Missão na República Dominicana para a Missão no Haiti, de acordo com o General Heleno, não foi, somente, para a Operação, visto que aquela Missão propiciou ao Exército Brasileiro grande evolução em termos de instrução. Os resultados desta evolução, até hoje, estão registrados nos cursos mais importantes de guerreiros, que são os cursos de Comando e de Forças Especiais, os quais tiveram sua origem na tropa que trouxe da República Dominicana uma série de ensinamentos colhidos junto ao Exército americano.

Por ter sido uma Missão menos conturbada que a do Haiti, a realizada na República Dominicana permitiu que a Força brasileira utilizasse o tempo em que esteve no país para treinar; valesse do conhecimento que os americanos traziam de outros lugares (inclusive do Vietnã), e trouxesse para o Brasil muitos dados importantes do ponto de vista operacional, de instrução, sobretudo da instrução individual do combatente. Foi, portanto, uma contribuição inestimável.

Cabe mencionar que a doutrina militar está em constante evolução. O contingente brasileiro está aprendendo com a Missão no Haiti; houve grande desenvolvimento na formação da Força de Paz brasileira.

Pergunta: Silvana Ferreira, da Subsecretaria de Comunicação Institucional, perguntou ao palestrante a quem caberia a elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento como defendido por

ele; se esta incumbência cabe aos países integrantes da Força, ou aos países doadores. Caso seja dos países doadores, pediu ao General que comentasse sobre o que estaria impedindo a realização destes projetos.

Resposta: Segundo o General Heleno, a Força Militar não possui nenhuma responsabilidade sobre o desenvolvimento de projetos. Ao contrário, era criticada quando interferia em áreas que não estavam sob sua administração. Em se tratando de doações, elas ocorreram ao longo de todo o ano de 2004. Na primeira reunião, os países doadores se prontificaram a investir mais de um bilhão de dólares no Haiti, para o desenvolvimento do país. O problema é que há um caminho burocrático entre a vontade de enviar o recurso e a chegada deste. O recurso existe, porém, está em uma organização internacional de fomento, em um banco, na União Européia e, para chegar à ponta da linha, estes organismos estabelecem condições. No caso do Haiti, a principal condição estabelecida por eles é a impecabilidade da segurança. O palestrante afirmou que esta é uma grande desculpa, já que a condição de segurança impecável não acontecerá.

Ele disse, ainda, que sua concepção de Missão difere da de muitas pessoas, pois ele gostaria de entrar na *Cité Soleil*, por exemplo, com a tropa, seguida, imediatamente atrás, por quatro caminhões para recolher o lixo daquela área. No dia seguinte à saída dos caminhões de lixo, entraria uma equipe de médicos que instalaria três postos de saúde e atenderia à população. Infelizmente, segundo o General, esta é uma concepção pessoal, da qual nem as Nações Unidas nem a Comunidade Internacional compartilham.

Segundo o General Heleno, é impossível compreender que alguém, disposto a realizar um projeto no Haiti, queira trabalhar sem nenhum risco. Ele afirmou que, talvez, ele esteja completamente errado, pois sua visão é exclusivamente a respeito do Haiti, assim como sua experiência em Missões de Paz. No entanto, ele disse ter

saído do país convicto de que sua concepção está correta. Avalia que, após as eleições, algum projeto terá que ser, necessariamente, elaborado, ainda que a segurança não esteja perfeita e, a partir disso, será mostrado à população que existe um caminho, que o país pode sair da situação em que se encontra hoje.

Comentário: O Senhor Carlos Felipe Almeida D’Oliveira, do Ministério da Saúde, comentou que os momentos de conflito são mais propícios para a disseminação de doenças. Disse que o Ministério da Saúde está sendo solicitado para uma cooperação na Costa do Marfim, por conta do aumento da disseminação da AIDS após o conflito. Sendo assim, a partir do momento em que o Brasil ocupa também a Secretaria Executiva do Organismo das Nações Unidas para AIDS e outros órgãos, esta função torna-se importante para a política externa do Brasil.

Resposta: O General Heleno mencionou que, algumas vezes, o Brasil teve problemas na Minustah, por ter havido uma intenção de caracterizar a Missão do Haiti como sendo brasileira. Esta intenção, por vezes, contou com a colaboração da imprensa, que não sabia estar gerando um problema dentro da Minustah. A tentativa de fazer esta caracterização gera uma reação extremamente negativa por parte das Nações Unidas, representada por todos que estão trabalhando no Haiti.

Sempre que a imprensa tentava fazer com que a Minustah parecesse uma operação brasileira, havia uma “puxada de freio de mão” imediata de vários chefes de seção dentro da Missão. Diziam que não estavam no Haiti trabalhando para o Brasil, mas para as Nações Unidas, por ser esta Missão das Nações Unidas e não do Brasil.

Comentário: A Senhora Eliesse Scaramal mencionou que, há dois anos, defendeu uma tese de doutorado na Universidade de Brasília sobre o Haiti. Destacou que compartilha das impressões do General

Helena a respeito do país. Disse acreditar que toda organização que deseja colaborar com o desenvolvimento do Haiti deve considerar a lógica haitiana de condução das coisas. Porém, infelizmente, tanto as Nações Unidas, quanto os países que sempre tiveram a preocupação de resolver a situação do país, nunca tiveram a idéia de compreender a lógica haitiana de organização.

De acordo com a Senhora Eliesse Scaramal, o Brasil é um país que se mostra capaz e que possui condições de colaborar com o Haiti pela posição de proximidade de realidade e de simpatia. Destacou, ainda, que a Missão tem respeitado a racionalidade e a cultura haitiana.

Resposta: O palestrante comentou que o respeito do povo brasileiro à cultura haitiana é evidência de uma qualidade fantástica do brasileiro, a de se adaptar, de se flexionar diante de outras realidades e de ser tolerante. Porém, infelizmente, os recursos do Brasil não permitem que ele tenha uma atuação mais efetiva na Comunidade Internacional. Embora possua todas estas qualidades, uma coisa fundamental, que é o dinheiro, para o Haiti, por exemplo, o Brasil não possui, de maneira que nem é considerado um país doador.

Disse, ainda, que o respeito à cultura haitiana e a seus modos de agir é fundamental. Condenou as ações que geram na população a sensação de que cabe à Comunidade Internacional fazer alguma coisa pelo Haiti, pois, segundo ele, temos de passar ao povo haitiano a idéia correta de que cabe a ele resolver os seus próprios problemas. A Comunidade Internacional não vai resolver o problema do Haiti. O povo haitiano deve se convencer de que tem a capacidade de resolvê-los, com a ajuda da Comunidade, mas sendo ele o agente, pois é um país soberano, independente, e com uma história riquíssima que não deve ser ignorada.

Comentário: O General Leslie Alcoforado, R1 do Exército, comentou que, em se tratando da Operação no Haiti, ele teve a

oportunidade de entrevistar militares que, antes de irem, estavam imbuídos de um sentimento de ajudar o povo haitiano e já saíram do Brasil com esta idéia. Ele pediu ao General Heleno que, inicialmente, comentasse acerca do comportamento e participação do soldado brasileiro nas ruas do Haiti. Em segundo lugar, pediu ao palestrante que discorresse sobre a situação que envolveu o jogo da seleção brasileira no país, se não trouxe um complicador, isto é, se não estaria corroborando para a conotação de uma missão brasileira no Haiti.

Resposta: Quanto à preparação do contingente brasileiro, o palestrante afirmou que nos valem os, durante um longo período de preparação nas nossas possíveis Forças de Paz, de experiências diferentes da do Haiti, como é o caso de Angola, Moçambique e do Timor Leste. Os observadores, que atuaram em vários países, presenciaram outras Missões de Paz, cujo contexto era, em geral, grupos armados que lutavam pela Independência do local, e que, em um determinado momento, a situação era tão indefinida e caótica que a ONU se via obrigada a interferir e solucionar o conflito.

O Haiti, porém, possui características completamente diferentes; não possui dois grupos lutando pela Independência do país, tem uma história política conturbada, além de ter a atuação de uma elite que, até certo ponto, é um pouco cruel porque vive bem e quer continuar a viver bem sem, necessariamente, abrir mão, enquanto a situação da população mais pobre fica cada vez mais grave. Este cenário gera uma situação política na qual as promessas de acontecimentos, em curto prazo, em prol desta população, são muito fáceis de serem recebidas, de maneira que a população fica vulnerável a elas. É, portanto, um quadro completamente diferente.

Diante dessa realidade, a preparação desses primeiros contingentes brasileiros foi feita esperando que isso acontecesse ao Haiti. No início da Missão, até parecia que isso se realizaria, mas, à

medida que a Operação foi ganhando presença, a situação se tornava mais calma fora de Porto Príncipe.

Em se tratando do jogo da seleção brasileira, na época em que foi realizado, o ex-Presidente Aristide havia saído e a desorganização era muito grande, tanto do lado dos bandidos, quanto das forças rebeldes. Há uma especulação de que o Presidente Aristide era o responsável por alguma dessas quadrilhas; entretanto, considerando-se que neste período, ele estava incomunicável, seria difícil para ele continuar a comandar qualquer ação.

Embora nada se possa afirmar com relação à participação do ex-Presidente em algum dos grupos acima citados, coincidentemente, quando ele se estabeleceu na África do Sul, os movimentos tornaram-se mais organizados, as crises tinham picos e o componente político começava a aparecer com nitidez. Assim, estima-se que o jogo da seleção brasileira somente aconteceu sem incidentes porque se deu exatamente no hiato entre a queda do Presidente Aristide e a reorganização dos que queriam promover a desestabilização.

ENCERRAMENTO

O mediador da Palestra, José Carlos de Araújo Leitão, da Saei, encerrou o evento “Operação de Paz no Haiti” agradecendo ao palestrante, General Heleno Ribeiro Pereira. Fez menção ao destaque dado pelo General à carência de laços entre o Haiti e a Comunidade Internacional, não obstante a posição geográfica do país. Desejou que sua atuação, nesses 15 meses à frente da Minustah, tenha semeado algo capaz de reverter um pouco este quadro de carência e inserir o Haiti, de uma maneira mais construtiva, no quadro que, geopoliticamente, ele merece estar.